

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Adriane Maria Raimann

PATRIMÔNIO EDIFICADO EM USO:
O Processo de Tombamento das Pontes do
Arroio Dilúvio em Porto Alegre - RS

Porto Alegre

2016

Adriane Maria Raimann

PATRIMÔNIO EDIFICADO EM USO:

O Processo de Tombamento das Pontes
do Arroio Dilúvio em Porto Alegre - RS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial ao
Bacharelado em Museologia da Faculdade de
Biblioteconomia e Comunicação da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Ms. Marlise Giovanaz

Porto Alegre

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Carlos Alexandre Netto

Vice Reitor: Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora: Profa. Dra. Ana Maria Mielniczuk de Moura

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Prof. Dr. Moisés Rockembach

Chefe-Substituto: Prof. Dr. Valdir José Morigi

GRADUAÇÃO DO CURSO DE MUSEOLOGIA

Coordenadora: Profa. Dra. Zita Rosane Possamai

Coordenador-Substituto: Prof. Ddo. Eráclito Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Raimann, Adriane Maria

PATRIMÔNIO EDIFICADO EM USO: O Processo de Tombamento das Pontes do Arroio Dilúvio / Adriane Maria Raimann. -- 2016.
54 f.

Orientador: Marlise Giovanaz.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Museologia, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Patrimônio. 2. Pontes. 3. Arroio Dilúvio. 4. Tombamento. 5. Memória. I. Giovanaz, Marlise, orient. II. Título.

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação

Rua: Ramiro Barcelos, nº 2705 – Bairro Santana

CEP 90035-007 – Porto Alegre – RS

Fone: (51) 3308-5067

Fax: (51) 3308-5434

Email: fabico@ufrgs.br

Adriane Maria Raimann

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Museologia do Curso de Graduação em Museologia pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada pela Banca Examinadora em ____ de _____ de 2016.

Banca Examinadora:

Ms. Marli Rejani D'Avila Pereira

Profa. Dra. Zita Rosane Possamai

Profa. Ms. Marlise Giovanaz (orientadora)

Agradecimentos

A todos, que de uma forma ou de outra, auxiliaram nesta caminhada!
Muito obrigada!

Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra.
- Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? Pergunta Kublai Khan.
- A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra –
responde Marco -, mas pela curva do arco que estas formam.
Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo.
Depois acrescenta: - Por que falar das pedras?
Só o arco me interessa.
Polo responde:
- Sem pedras o arco não existe.
(Cidades Invisíveis, Italo Calvino)

Resumo

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema a análise do processo de tombamento de três pontes do Arroio Dilúvio buscando compreender como ocorreu este processo, aproximando os conceitos de patrimônio e suas mudanças ao longo do tempo. Realizamos um levantamento do processo na Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural da cidade de Porto Alegre e demais leituras sobre o tema. O capítulo dois expõe o conceito-chave Patrimônio, patrimônio edificado, monumento, e monumento/documento, para depois apresentar, no capítulo três um rápido histórico sobre as instituições que promovem os tombamentos e, então, detalhar as fases que montam o processo das pontes do Arroio Dilúvio. No capítulo final, destacamos as características que predominam nos textos que serviram de base para a análise e resultado final do tombamento destas pontes, produzidos pelo processo.

Palavras-Chaves: Patrimônio. Monumento. Pontes. Arroio Dilúvio. Tombamento.

Abstract

This Final Paper is based on the process analysis of three bridges tipping of Arroio Diluvio seeking to understand how this process has happened, approaching the concepts of heritage and their changes over time. We carried out a survey process in the Historical and Cultural Heritage team in Porto alegre city and other reading about the theme. The chapter two displays Heritage key concept, built heritage, monument, and monument/document for later on in the chapter three it presents a brief historic about the institutions that promote the tipping, and then is detailed the phases that build up the process of Arroio Diluvio bridges. In the final chapter, we pointed out the characteristics that predominate on the texts that formed the base to the analysis and final result of the tipping of these bridges produced by the process.

Key – words : Heritage. Monument. Bridges. Arroio Diluvio. Tipping.

Lista de Abreviaturas e Siglas

CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural

COMPAHC – Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Porto Alegre

DEPAM – Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização

EPAHC – Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural de Porto Alegre

FABICO – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação

FNpM – Fundação Nacional pró-Memória

IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MES – Ministério da Educação e Saúde Pública

MinC – Ministério da Cultura

PDDU – Plano Diretor do Desenvolvimento Urbano

PDDUA – Plano Diretor do Desenvolvimento Urbano Ambiental

PRONAC – Programa Nacional de Apoio à Cultura

SEC – Secretaria de Educação e Cultura

Sphan – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1979)

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 O OBJETO DA PESQUISA E SUAS CONCEITUAÇÕES	15
2.1 Estado da Arte	15
2.2 O Problema do patrimônio, reflexão sobre o conceito	17
3 OS SERVIÇOS DO PATRIMÔNIO E SEUS CAMINHOS	26
3.1 O processo de tombamento das pontes do Arroio Dilúvio	29
4 INSTÂNCIA HISTÓRICA: Análise sobre as bases do processo	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	48

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Porto Alegre nasceu de frente pras águas. Foi por água que seus primeiros moradores chegaram, e era por água que tudo que era ali produzido e consumido, entrava ou saía. O contato com os moradores do entorno se fez e continua a ser feito através de pontes que nos ligam a eles, seja Viamão, Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Guaíba, Eldorado e demais cidades adjacentes. Para sair de Porto Alegre em qualquer direção é preciso sempre atravessar uma ponte, mas elas continuam sendo vistas somente como mais uma parte do caminho e não como o elo entre as pessoas e os espaços.

A própria cidade é cortada por uma série de pequenos arroios que acabam por inundar os bairros e isolar algumas regiões nos períodos de chuvas. Isso ainda acontece apesar das melhorias urbanas contínuas. O dia a dia de muitos moradores se faz atravessando pontes, pinguelas, pontilhões ou outro material que tenha sido usado para ligar dois pontos separados por águas. A criatividade do ser humano sempre o ajudou a chegar ao lugar que quisesse, usando os mais variados materiais para a construção destas passagens, pedras, madeira, ferro, cordas, e assim ele era levado de um lado a outro muitas vezes sem prestar atenção à beleza de sua invenção.

Muitas vezes estas invenções, e aqui tomaremos por ênfase as pontes, eram adornadas com obras de arte na busca de um sentido mais representativo para aquele lugar. São representações ou identificações com aqueles espaços materializadas em adornos. Assim, as pontes vão carregando sentidos que, algumas vezes, são esquecidos com o passar do tempo ou mesmo mudam de sentido, resignificando-se, e elas vão permanecendo somente com seu uso funcional, encurtar caminhos.

As pontes que abordaremos aqui neste trabalho estão localizadas na cidade de Porto Alegre, entre as Avenidas Getúlio Vargas e João Pessoa, buscando exclusivamente as três pontes que foram tombadas e inscritas no Livro Tombo do município sob o nº 78, sendo publicado no Diário Oficial de Porto Alegre em 14 de novembro de 2012. São elas a Ponte da Avenida João Pessoa, a Ponte da Avenida Azenha e a Ponte da Avenida Getúlio Vargas.

A Avenida Ipiranga e as pontes sobre o Arroio Dilúvio que conhecemos hoje foram pensadas a partir do ano de 1920, e a obra da avenida levou mais de vinte anos para ser concluída, buscando canalizar as águas deste Arroio que frequentemente

inundavam os bairros percorridos por ele, até chegar ao Rio Guaíba. Inventariadas nos anos 2000, começando com a ponte da Avenida Borges de Medeiros e conseqüentemente Avenida Praia de Belas, Avenida Getúlio Vargas, Avenida da Azenha, Avenida João Pessoa, Rua Santana e finalizando com a da Rua Ramiro Barcelos, decidiu-se tombar as pontes mais significativas deste conjunto arquitetônico.

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema a análise do processo de tombamento de três pontes do Arroio Dilúvio buscando compreender como ocorreu este processo.

Como todo aluno de graduação, aproximava-se o final do curso e eu me angustiava por não possuir um assunto que realmente me animasse, me envolvesse. Então estava eu a voltar para casa das aulas na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO) quando as vi realmente, elo entre o Centro e a Zona Sul da cidade de Porto Alegre, percorridas milhares de vezes por dia por transeuntes, carros, motos, ônibus e caminhões. Digo que as vi porque não era a primeira vez que por elas passava, muito menos seria a última. Mas foi a primeira vez que me apaixonei por suas formas, por seus contornos, por sua estatuária e também por suas lacunas estruturais. Eu ainda não possuía nenhum conhecimento sobre elas, nem mesmo de sua história, porém percebia o quanto seria instigante escolhê-las como objeto de estudo.

Ao fazê-lo, percebi que este objeto, no caso as pontes, estão no meu imaginário há mais de vinte anos, desde quando me apaixonei pela ponte pertencente a estrada de ferro que ligava a cidade de São Leopoldo à Novo Hamburgo, segunda grande via por onde escoava a produção proveniente das colônias alemãs. A primeira seria o Rio dos Sinos. Sendo natural da cidade de Novo Hamburgo e ao vê-la várias vezes por semana, quando ia trabalhar e estudar em São Leopoldo, percebi que existia muito mais que somente ferro e pedra naqueles escombros, e este algo a mais sempre me fascinou.

Então, ao escolher as pontes históricas do Arroio Dilúvio para meu Trabalho de Conclusão de Curso reconheci na estatuária das pontes uma série de simbolismos que para a maioria dos passantes pode não significar nada. Cada adorno ali colocado tem seu sentido exclusivo, ligando o simbólico ao mundo real. Esta análise surgiria após a contemplação das pontes, acrescida do conhecimento por mim adquirido realizando visitas guiadas ao Cemitério da Santa Casa, onde se mescla a história daquele cemitério com a arte nas esculturas ali também bem representadas. Por

exemplo, tochas acessas para o alto significam vida. No caso das pontes, que contexto elas possuem naquele lugar? Seria o mesmo ou somente um ponto marcante a ser exaltado na Cidade?

Ao realizar a Graduação em História, estudo que realizei na cidade de São Leopoldo, apresentam-se ainda outros motivos que me atraem quando se fala das pontes históricas do Arroio Dilúvio. A Ponte da Azenha é marcada por acontecimentos históricos, lá ficando como ponto de homenagens e comemorações anuais (PESAVENTO, 1984)¹.

Outro fator relevante é a canalização do Arroio, que vai transformar os acessos a Zona Sul e Zona Leste da Cidade, proporcionando o desenvolvimento urbano destas áreas, e vai modificar o encontro do Arroio com o rio Guaíba, agora mais distante o seu deságue natural, que era quase no centro de Porto Alegre. Esta mudança do rio criou um novo patrimônio conhecido como a Ponte de Pedra, no Bairro Centro Histórico.

Além disso, a ponte da Avenida Getúlio Vargas apresenta as escadarias projetadas pensando nas embarcações que poderiam percorrer aquelas águas, funcionalidade que nunca foi aproveitada, acrescida da poluição que passou a ser despejada neste novo canal, transformando aos poucos o Arroio Dilúvio num recebedouro de esgoto a céu aberto.

E como não falar da ponte que possui sete palmeiras plantadas sobre si, no canteiro central, interferindo em sua estrutura física? Algo se não inédito, pelo menos muito pouco usual por sua configuração de pedras e pouquíssima terra, e que é o charme da Ponte da Avenida João Pessoa.

Quem passar calmamente pela Avenida Ipiranga e realmente olhar para as pontes perceberá que, apesar da sua funcionalidade como ligação entre os dois lados da via e da Cidade, elas formam dois conjuntos estruturais. As pontes tombadas com seus formatos semelhantes e sua estatuária distinta, e as pontes mais singelas, com

¹ Durante os anos de 1835 e 1845, o Rio Grande do Sul dividiu-se entre os farrapos e os imperialistas. Os primeiros, em sua maioria estancieiros, buscavam um valor de mercado um pouco melhor para o seu principal artigo de venda, o gado, e seu primeiro subproduto, o charque. Como sua reclamação não foi ouvida pela Corte, eles decretaram guerra contra o Império e todos os demais habitantes do Estado que estivessem ao lado do rei. A cidade de Porto Alegre era imperialista, mas foi invadida e administrada por alguns meses pelos farrapos, tendo sido no espaço geográfico da Ponte da Azenha que o primeiro confronto ocorreu. No final, os farrapos renderam-se aos imperialistas, mas deles herdamos o hino rio-grandense e nos inspiramos na garra destes guerreiros quando queremos enaltecer os gaúchos. Para alguns uma guerra, para outros uma revolução, conceitos que não estão aqui em debate.

o mesmo material construtivo ou outro mais moderno, mas sem nenhum estilo ou significado como as três anteriores possuem. Este conhecimento anterior pode nos proporcionar a contemplação e a sensibilidade necessária para perceber os monumentos históricos e reconhecê-los como fonte de pesquisa, sendo eles ainda em uso, isto é, patrimônio edificado em uso.

Este trabalho apresenta relevância social ao analisar o discurso de patrimônio retratado no processo de tombamento destas pontes, mostrando os papéis e movimento dos personagens dentro de um contexto de reconhecimento do Patrimônio Histórico da Cidade, iniciado no Rio Grande do Sul na década de 1930.

Sendo as pontes em questão monumentos edificados em uso, este estudo busca trazer a público a importância do patrimônio histórico e sua mobilização a partir de uma ação da comunidade. A originalidade deste trabalho se justifica num olhar diferenciado sobre este processo de tombamento recolhendo o processo, o plano de desenvolvimento urbano e possíveis outros estudos sobre processos de tombamento de pontes. As pontes em questão ainda não foram vistas sob a perspectiva patrimonial em um trabalho acadêmico.

A pertinência do tema está em apresentar uma possibilidade de invisibilidade do Patrimônio Histórico Edificado na cidade de Porto Alegre, principalmente quando o monumento continua a ter seu uso preservado, e não passa a ser um objeto meramente contemplativo, retirado seu valor de utilidade.

Os processos de Tombamento são um fenômeno recente em nossa sociedade. Pensando desta forma, como eles ocorrem realmente? Existe legislação, processo, trâmite específico, quantas pessoas podem estar envolvidas nele? Precisa ser solicitado por alguém das instâncias governamentais ou pode ser alguém da sociedade civil? O que ocorre com este patrimônio depois de tombado, como a comunidade o vê? Ele difere de outros imóveis não tombados?

Para responder a estas perguntas vamos analisar o processo de tombamento da cidade de Porto Alegre, usando como base o processo realizado para tombamento das pontes do Arroio Dilúvio, realizando um pequeno comparativo com o processo de tombamento da Ponte sob o rio Paraguai, a Ponte Presidente Eurico Gaspar Dutra.

Este trabalho está pautado como uma pesquisa qualitativa, que utiliza as metodologias da pesquisa bibliográfica e a análise documental, a documentação analisada foi aquela pertencente à Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC)

e ao Arquivo Histórico Municipal Moysés Vellinho, local que também arquiva recortes de jornais que trazem as pontes como assunto específico, mas aqui não trabalhados.

A documentação primária foi tratada com rigor técnico, desmembrando todo o processo e extraindo os dados necessários para mostrar como se constituem as fases de um tombamento, assim como uma análise criteriosa do Laudo Técnico e da Avaliação, na 71ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, para embasar o comparativo.

Este estudo assim proposto foi a base para a análise e interpretação dos processos de Tombamento, gerando uma hipótese de envolvimento qualitativo, não apresentamos números e sim fatores de fundamentação para que os bens sejam tombados, buscando auxiliar na produção de novo conhecimento científico.

Para dar suporte à pesquisa de campo e à análise da documentação oficial, realizamos um levantamento bibliográfico envolvendo livros, artigos impressos e online, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso e legislação vigente nos períodos, que auxiliaram diretamente nas análises produzidas, assim como fundamentaram os conceitos apresentados.

No capítulo dois apresentamos o estado a arte do assunto em questão, buscando encontrar trabalhos que já tivessem exposto o assunto Pontes do Arroio Dilúvio, Pontes na cidade, instituições regulamentadoras, tombamentos, ou processo de tombamento. Depois, apresentamos os conceitos que balizam este trabalho, começando com a definição, ou tentativa de definição, de Patrimônio, considerado por nós como o conceito-chave, e seus derivados Patrimônio Edificado, Monumento e Monumento/Documento.

No capítulo três apresentamos um histórico das instituições que regularizam os bens materiais e imateriais, no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre. Depois, detalhamos o processo de tombamento das pontes através de análise minuciosa, expondo seus movimentos e os personagens envolvidos, registrando o trâmite estabelecido durante o processo e por fim apresentamos uma pequena análise sobre o Relatório Final de Pesquisa do processo de Tombamento da Ponte Eurico Gaspar Dutra, no Estado do Mato Grosso do Sul.

No capítulo quatro analisamos dois textos que estão presentes no processo de tombamento das pontes do Arroio Dilúvio, produzidos pela EPAHC em dois momentos distintos na luz de nosso referencial teórico.

2 O OBJETO DA PESQUISA E SUAS CONCEITUAÇÕES

*Oh, as belas, sublimes ruínas! [...] Quanto efeito! Quanta grandiosidade! Quanta nobreza!
Digam-me quem é seu proprietário a fim de que eu possa utilizá-las, ou seja,
o único recurso que resta a um indigente para se apropriar de algo.
Infelizmente, talvez, elas nem deem qualquer felicidade a seu rico e estúpido dono;
eu, pelo contrário, seria tão feliz em possuí-las! Proprietário indolente, esposo obcecado!
Será que te prejudico ao apropriar-me dos encantos que ignoras ou menosprezas?”
Diderot*

2.1 Estado da Arte

Ao escolher este tema, as dúvidas foram-se apresentando e o panorama que se avistava começou a crescer infinitamente. Como trabalhar as pontes sem voltar-se para a história, como não olhar somente para os aspectos arquitetônicos e estéticos, como não citar a urbanização desenvolvida com e a partir delas?

Mas voltamo-nos ao problema de pesquisa, ou seja, analisar exclusivamente os processos de tombamento das pontes e para embasar esta tarefa buscamos leituras bem objetivas sobre as pontes do Arroio Dilúvio; sobre os processos de tombamento de pontes no Rio Grande do Sul e no Brasil; e as instâncias legais e competências dos órgãos que legalizam este processo, isto é, que grupos existem na Cidade, Estado e Nação que decidem sobre os tombamentos.

Muito se escreveu e ainda será escrito sobre a cidade de Porto Alegre, envolvendo de alguma forma a canalização do Arroio Dilúvio e a construção da Avenida Ipiranga e suas pontes, como por exemplo, o artigo de Célia Ferraz de Souza (2010) “Um Percurso em Porto Alegre”, em que saindo do centro da Cidade em direção a Vila Assunção, apresenta a transformação da Cidade, levantando as intencionalidades políticas e econômicas que motivaram as mudanças geográficas e urbanísticas. Porém nosso tema era as pontes.

Thaís V. Brandão (2009), em seu Trabalho de Conclusão na área das Ciências Biológicas, cujo título é “Dilúvio: visões sobre um Arroio”, cita o Arroio e sua transformação urbana através de conceitos da natureza, visando a construção de um novo olhar partindo para a educação ambiental. Deteve-se sobre o Arroio, mas fala muito raramente sobre as pontes.

Carolina Burin (2008), em sua Dissertação de Mestrado “Canalização do Arroio Dilúvio”, para o Programa de Pós-graduação em Arquitetura da UFRGS, apresenta os vários projetos de urbanização sobre a área do Arroio Dilúvio feitos pelo

poder público, caracterizando-os como grandes reformas urbanas, utilizando conceitos da Arquitetura e Urbanismo, sem citar as pontes como objeto de estudo.

E Ricardo Calori (2009), em sua Dissertação de Mestrado “Colunatas vegetais: palmeira e a cenografia urbana em Porto Alegre”, também para o Programa de Pós-graduação em Arquitetura da UFRGS, apresenta um estudo sobre o uso das palmeiras imperiais pela Cidade, durante a primeira metade do século XX como caracterização estilística e representação de poder dos governantes, citando inclusive as palmeiras da ponte da Avenida João Pessoa, mas como objetos estilísticos de representação de poder.

O que se observou é que não foram encontrados estudos sobre as pontes do Arroio Dilúvio especificamente, somente citadas como conjunto da obra da Avenida Ipiranga e das grandes obras de melhoramentos projetadas para a cidade de Porto Alegre, assim como nenhum estudo foi localizado sobre o processo de tombamento delas.

O segundo conjunto de leituras buscou encontrar estudos sobre processos de tombamentos de pontes para observar as abordagens realizadas e talvez negociações entre as personagens, para usar como balizador na análise que está proposta neste trabalho. Mas apesar de existir várias pontes tombadas no Estado, foi somente sobre a ponte conhecida como a Ponte de Pedra no Largo dos Açorianos que encontramos um artigo produzido pelo Laboratório da Paisagem, do curso de Geografia da UFRGS, produzido em 2014, apoiando-se no processo de tombamento para descobrir como a comunidade vê a ponte após o processo de tombamento. O texto ainda aborda a questão da cidade continuar a ser renovada e a ponte, mantida em seu local original, perder seu primeiro uso, tornando-se patrimônio edificado. O artigo mostra esta inconformidade entre mantê-la em uso como passagem de pedestres, mas pouco divulgar sua importância histórica para a cidade.

Localizamos um projeto de pesquisa realizado na Universidade Estadual Paulista, na área da Arquitetura, pelo bolsista Matheus D’Almeida e orientado pelo professor Nilson Ghirandello, em 2011, sobre a Ponte Presidente Eurico Gaspar Dutra em Mato Grosso do Sul, sobre o Rio Uruguai, divisa com a Bolívia, onde os autores apresentam um detalhado levantamento sobre as obras, gastos, a inauguração, a relevância arquitetônica e econômica para o País e o processo de tombamento. Mas não há nenhuma análise sobre o processo, pois este ainda tramitava, somente sua descrição. O processo em si não conseguimos localizar, mas a análise e o relatório

final de tombamento estão no site do IPHAN, junto às atas das reuniões do Conselho Consultivo, na Ata 71^a, de 29 de novembro de 2012.

O Brasil possui várias outras pontes tombadas, mas não conseguimos localizar estudos sobre elas. Isto não quer dizer que não existam e que se até o final do trabalho de conclusão conseguimos localizar algum estudo, este será inserido nos comentários e utilizado como apoio na análise.

O terceiro conjunto de leituras buscava encontrar estudos sobre os órgãos regulamentadores dos processos de tombamento em todas as instâncias nacionais. A Dissertação de Mestrado de Marlise Giovanaz (1999), “Lugares de História: a Preservação Patrimonial na cidade de Porto Alegre (1960-1979)”, nos apresenta uma análise dos órgãos oficiais de defesa do Patrimônio nacional e posicionamentos dos chamados *Leitores especiais da cidade* sobre as mudanças e demolições em Porto Alegre e sua busca pela preservação apesar de sua urbanização constante. Serve como ponto de partida para a análise.

O livro de Ana Lucia Meira (2004) “O Passado no futuro da cidade”, unindo as políticas públicas de preservação e a participação da sociedade no reconhecimento e guarda dos patrimônios em Porto Alegre é de fundamental importância na caracterização das habilidades e competências dos órgãos reguladores do Patrimônio. Além desses, o livro de Maria Cecília Londres Fonseca (1997), “Patrimônio em Processo”, traz um extenso panorama da formação dos órgãos defensores do Patrimônio nacional e suas relações com os governos federal, estaduais e municipais, quando necessário, assim como suas linhas de trabalho e os homens que compunham estes setores.

Essas leituras, algumas mais, outras um pouco menos, certamente auxiliaram na aproximação de meu objeto, assim como na escrita destas linhas a respeito do processo de tombamento das pontes do Arroio Dilúvio.

2.2 O Problema do patrimônio, reflexão sobre o conceito

Ao iniciarmos com as pesquisas sobre as pontes do Arroio Dilúvio, para em seguida, alcançarmos o processo de tombamento e nos debruçarmos sobre ele, necessitamos realizar um levantamento dos conceitos que perpassam estes assuntos. Elegemos três pontos, ou três conceitos, que se desdobram partindo de um conceito maior, que é *Patrimônio*, conceito este que atualmente precisa de maior definição, isto

é, *Patrimônio* não existe mais sozinho, parecendo estar esvaziado de sentido, necessitando quase sempre de um acompanhamento, uma adjetivação, como patrimônio histórico, patrimônio cultural, e este último também já se desdobra em vários outros conceitos. Também é necessário cuidado ao citar termos como maior ou menor, pois dependendo do ponto de vista, os conceitos apresentam sentidos diferentes sobre o que é de maior ou menor valor.

Este alargamento é apresentado no livro “Conceitos Chave de Museologia”, quando apresenta o verbete Patrimônio, explicando que “*a partir de meados dos anos 1950, a noção de patrimônio foi consideravelmente ampliada, modo a integrar, progressivamente, o conjunto de testemunhos materiais do homem e do seu meio [...]*”²

Começaremos então, mostrando como este conceito-chave se apresenta. No Brasil, a primeira publicação sobre o tema foi “O que é Patrimônio”, de Carlos Lemos, em 1981. Várias vezes reeditado, apresenta o conceito de Patrimônio como “*[...] Patrimônio oficial, isto é, aquele que legalmente reúne poucos e escolhidos bens eleitos como preserváveis à posteridade.*”³ O autor faz menção a um período da nossa história, quando o Patrimônio era considerado *artefato de exceção*, extraídos da classe dominante e que, por serem *excepcionais* não eram representativos, possibilitando uma *visão distorcida da memória coletiva*⁴. Lemos também cita a necessidade urgente de preservar e registrar, com levantamento de qualquer natureza, toda e qualquer produção humana para que, mesmo após seu desaparecimento, possamos nos lembrar e nos apropriar deles, mantendo na memória este patrimônio⁵.

Podemos nos aproximar deste conceito também através do “Dicionário de expressões da memória social, dos bens culturais e da cibercultura”, publicado pela Unilassalle, onde os autores citam o patrimônio como

[...] (do latim *patrimoniū*) significa 1 Herança paterna. 2 Bens de família. 3. Bens necessários à ordenação e sustentação de um eclesiástico. 4. Quaisquer bens materiais ou morais, pertencentes a uma pessoa, instituição ou coletividade. 5. Departamento administrativo subordinado ao Ministério da Fazenda onde se encontram cadastrados todos os bens do domínio da União

² DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus/Pinacoteca do Estado de São Paulo/Secretaria de Estado da Cultura, 2013, p. 74.

³ LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 12.

⁴ Idem, *ibidem*, p. 21.

⁵ Idem, *ibidem*, p. 28.

ou próprios nacionais: bens imóveis, material bélico, terrenos e acrescidos de marinha e outros. [BERND; MANGAN (orgs.), 2014, p. 161]

Já para Funari e Pelegrini, em “Patrimônio Histórico e Cultural”, com primeira edição em 2006, *“A definição de patrimônio passou a ser pautada pelos referenciais culturais dos povos, pela percepção dos bens culturais nas dimensões testemunhas do cotidiano e das realizações intangíveis”*⁶.

E para José Reginaldo Santos Gonçalves, em seu artigo “Patrimônio como categoria de pensamento”, o autor cita que

O que estou argumentando é que estamos diante de uma categoria de pensamento extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana. Sua importância não se restringe às modernas sociedades ocidentais. [GONÇALVES, 2009, p. 26]

Isto é, o conceito Patrimônio está em todos os espaços e em todas relações produzidas pelo homem, em todos os tempos de nossa civilização, transformou-se então em um conceito onipresente.

Para Françoise Choay, o conceito de Patrimônio poucas vezes aparece sozinho, quase sempre acompanhado da palavra histórico, já que se propõe a estudar os bens materiais e, para a autora, o limite espaço/tempo deste conceito já não está apresentado como tal pois,

Patrimônio histórico. A expressão designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam a sua pertença comum ao passado [...]. [CHOAY, 2008, p. 11]

assim como quando busca explicar porque o conceito já não existe sozinho

O conceito de patrimônio estava, tal como hoje, afetado por uma forte conotação econômica, o que contribuía para a sua ambivalência. [...] (os monumentos históricos, representados pelas antiguidades, deveriam servir para instrução da nação, mas realmente existia pouco entendimento sobre a separação destes conceitos: monumento e monumento histórico). [CHOAY, 2008, p. 123]

⁶ FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009, p. 32.

Já Dominique Poulot, em seu livro “Uma História do Patrimônio no Ocidente”, as referências ao conceito Patrimônio são muito presentes, citando desde as clássicas definições de conjuntos de posses transmissíveis

[...] ela mobiliza um grupo humano, uma sociedade, capaz de reconhecê-las como sua propriedade, além de demonstrar sua coerência e organizar sua recepção; ela desenha finalmente, um conjunto de valores que permitem articular o legado do passado à espera, ou a configuração de um futuro, a fim de promover determinadas mutações e, ao mesmo tempo, de afirmar uma continuidade. [POULOT, 2009, p. 203]

até expressões sobre o patrimônio imaterial, como

[...] O patrimônio não é o passado, já que sua finalidade consiste em certificar a identidade e em afirmar valores, além da celebração de sentimentos, se necessário, contra a verdade histórica. [...] o patrimônio é 'vivo', graças às profissões de fé e aos usos comemorativos que o acompanham. [POULOT, 2009, p. 12]

Este autor também explica como o patrimônio se torna patrimônio e porque necessitamos dele, como guardião da memória coletiva.

Nesse aspecto, o patrimônio não deixa de ser – como havia sido desde sempre - o resultado de um processo consciente de seleção; mas, nessa perspectiva, é baseado em apreciações particulares. Para sua inclusão no patrimônio, monumentos ou sítios culturais devem ser marcados, em primeiro lugar, com um sinal positivo por indivíduos ou grupos, porque, de acordo com um recente relatório quebequense, “além de proteger objetos, trata-se de permitir que determinada população venha a interiorizar a riqueza cultural de que ela é depositária”. [...]. [POULOT, 2009, p. 230]

E, para finalizar o conceito chave Patrimônio, escolhemos Cristina Freire, com o seu livro “Além dos Mapas”, onde a autora estuda os monumentos de São Paulo partindo da cidade como uma grande tela construída todos os dias, portanto, criada e recriada em sua memória e seus esquecimentos. A autora reafirma a ampliação do conceito e como este pode ser esvaziado se não fizermos o esforço de nos apropriar dia a dia deste Patrimônio.

Palavra obrigatória nos discursos oficiais, sugere algo estático, e associa-se, não raro, patrimônio a um bem público. [...] Como sabemos, não basta declarar público um patrimônio para garantir os efeitos de seu valor social. Para comprovar essa observação, basta olhar ao nosso redor e constatar o estado de abandono e degradação de certos objetos do acervo de bens comuns. O valor social, portanto, não é decretado, mas depende dos mecanismos de apropriação, ou, em outras palavras, de que maneira os

grupos sociais os investem de sentido. Evidentemente, falamos aqui de valores que são socialmente criados e reciclados, portanto, historicamente marcados. [FREIRE, 1997, p. 162]

O próximo conceito derivado da palavra Patrimônio é *Patrimônio edificado*, citado por Choay em seus dois livros aqui trabalhados, “O Patrimônio em questão” e “Alegoria do Patrimônio”, já citado e também, nosso objeto de estudo.

Para a autora, usar o termo Patrimônio edificado está relacionado a uma escolha de objeto. Escolher estudar objetos imóveis, construídos pelas mãos humanas, e como estes são preservados ou não pelas futuras gerações em detrimento dos objetos móveis geralmente arrolados em coleções, fez com que a autora os denominasse Patrimônio Edificado.

O patrimônio, que estará em questão aqui, é formado pelo ambiente construído das sociedades humanas. Sinônimo de patrimônio edificado no espaço pelos homens, ele é qualificado, segundo suas diversas categorias, de patrimônio construído, arquitetônico, monumental, urbano, paisagístico... e, segundo seu modo de inserção na temporalidade, é dito histórico ou contemporâneo.

O questionamento com o qual me comprometo aqui traz a significação do termo “patrimônio” nessa acepção espacial, para além das coleções de objetos que ele englobaria. [...] [CHOAY, 2011, p. 9]

Também usa o termo Patrimônio histórico com o mesmo sentido de bens imóveis.

Cidades e conjuntos antigos: tornados patrimônio histórico por direito próprio, os centros e os bairros históricos antigos manifestam atualmente uma imagem privilegiada, sintética e, de certa maneira, engrandecida, das dificuldades e contradições com que se confrontam a valorização do patrimônio edificado e, em particular a sua reutilização. [CHOAY, 2011, p. 237]

Patrimônio edificado faz parte da vida de cada um e marca uma identidade muitas vezes ameaçada pelas escolhas, guardar ou esquecer, que a sociedade moderna realiza constantemente.

Outro conceito escolhido para ser abordado neste trabalho refere-se a *monumento*, já que as pontes foram projetadas para serem monumentos, lembranças e referências da nossa história tornando-se presente em nosso dia a dia.

Após tentativas de definição por parte dos estudiosos sobre o que representaria o monumento, encontramos a Carta de Veneza, de 1964, com as seguintes referências:

Artigo 1º A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tem adquirido, com o tempo, uma significação cultural.

[...]

Artigo 7º O monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa. [...]

O livro de conceitos de Museologia também nos auxilia na descrição deste, quando assim o define:

O monumento, em seu sentido original, é uma construção condenada a perpetuar a lembrança de alguém ou alguma coisa. [...] todas as criações do homem, independentemente de sua destinação originais – concepção de patrimônio imóvel. [DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 73]

Já Choay é bastante objetiva, definindo o seu conceito de monumento assim como qual o seu uso. Segundo ela os monumentos são uma obra realizada pelas mãos humanas e que servem para informar às futuras gerações os nossos feitos.

[...] Neste primeiro sentido, chamar-se-á monumento a qualquer artefato edificado por uma comunidade de indivíduos para se recordarem, ou fazer recordar a outras gerações pessoas, acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. [...] Mas, esse passado invocado e convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: foi localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, diretamente, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade, étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. [CHOAY, 2008, p. 17]

E assim, como Poulot, Choay cita a importância desta construção ocidental para marcar e identificar os grandes feitos do Ocidente, sendo que, após a segunda metade do século XIX, os monumentos não são arrolados somente na Europa, mas já podem ser encontrados em todo o planeta, como objeto fundamental na disseminação dos acontecimentos⁷, objetos estes escolhidos dentre outros com as mesmas características, tornando-o representante de determinada característica ou cultura. Cita a importância da antiguidade e de suas marcas neste monumento, “o valor de antiguidade do monumento histórico não é para ele um voto, mas uma realidade. [...] será o valor dominante do monumento histórico no século XX⁸.”

⁷ CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2008, p. 24.

⁸ Idem, ibidem, p. 171.

Poulot cita que ocorreu uma grande transformação na seleção dos monumentos, agora quem os escolhe são os observadores, não mais os criadores ou curadores. A sociedade participa escolhendo e elegendo seus monumentos, uma ação entre tantas outras da modernidade. Mas não podemos deixar de realçar que, para o autor, o tempo ainda é o fator determinante na escolha destes monumentos, o valor que lhe é dado ainda está ligado a passagem do tempo, independentemente para qual função que tal objeto tenha sido construído⁹.

Já Cristina Freire define os monumentos como *“um dos suportes mais nítidos e socialmente compartilhados da memória coletiva”*¹⁰, pois *“testemunham sistemas mentais da época em que foram criados e solicitam, não raro, uma relação não apenas perceptiva mas também efabuladora, que mistura os tempos presente e passado, as histórias individuais às coletivas.”*¹¹ Assim, a passagem do tempo constrói nestes monumentos, memórias sociais e as mescla com as memórias históricas que os monumentos possuem. Os monumentos, além de fazer lembrar feitos e acontecimentos, carrega em suas escolhas, as intenções pessoais daqueles que transformam estes espaços em monumentos. Porque, como cita Freire

[...] Apesar dos monumentos serem lugares de memória, as elaborações referentes a eles reafirmam que a memória é antes de mais nada um processo, uma construção dinâmica, passível de ser reelaborada constantemente, diante das experiências vividas. [FREIRE, 1997, p. 127]

E para finalizar a abordagem do grande campo do conceito patrimônio, escolhamos a análise sobre documento/monumento que Jacques Le Goff faz, em seu livro “História e Memória”, onde ele explora esta situação de que cada monumento é um documento e por causa disso necessita ser lido, estudado, apropriado e preservado. E a cada novo olhar este documento pode se mostrar com informações distintas, relevantes e complementares, assim como um documento em papel.

Le Goff inicia explicando a raiz latina da palavra e conclui com a ligação com os escritos.

⁹ POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI**: do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009, P. 214/215.

¹⁰ FREIRE, Cristina. **Além dos Mapas**: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo. São Paulo: Annablume, 1997, p.45.

¹¹ Idem, ibidem, p. 55.

A palavra latina monumentum remete para a raiz indo-européia men, que exprime uma das funções essenciais do espírito (mens), a memória (memini). O verbo monere significa “fazer recordar”, de onde “avisar”, “iluminar”, “instruir”. O monumentum é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. [LE GOFF, 1990, p. 535]

E, assim como o conceito de Patrimônio, ver o monumento como um documento produziu uma avalanche de possibilidades de estudos, ampliando ainda mais o campo de muitas áreas, que passaram a usar os *atos escritos* para completar os conhecimentos adquiridos através dos monumentos. Os dois, tanto o documento quanto o monumento passaram a ser complementares e a serem considerados o documento um monumento e o monumento um documento.

E o autor fecha seu capítulo citando a importância de olhar para qualquer produto de informação com a consciência da dualidade verdadeiro/falso, como sendo tudo uma construção do homem, assim como Cristina Freire.

Enfim, tendo em conta o fato de que todo o documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso (cf. verdadeiro/falso), trata-se de pôr à luz as condições de produção (cf. modo de produção, produção/distribuição) e de mostrar em que medida o documento é instrumento de um poder (cf. poder/autoridade). [LE GOFF, 1990, p. 553]

Como documentos, os monumentos são criações marcadas social e historicamente; testemunham, porém, melhor a época de sua execução do que o período que pretendem evocar. [...] [FREIRE, 1997, p. 95]

E, parafraseando Cristina Freire, quando ela cita Lewis Mumford

[...] na qual não há mais tantos monumentos (no sentido mais tradicional do termo) no mundo moderno, porque o velho símbolo do herói está morto e os meios de comunicação de massas passaram a ser, especialmente depois da Segunda Guerra, a mais significativa referência de espaço e de tempo. Neste universo, falso e verdadeiro são categorias tornadas anacrônicas, e não é possível mais detectar a ‘autenticidade’ das coisas. Em outras palavras, o mundo parece não se oferecer mais, tão facilmente, a um mapeamento. [FREIRE, 1997, p. 82]

Os monumentos já não são eleitos como as grandes representações da humanidade. São, cada vez mais, resultado de escolhas pessoais. A nossa sociedade escolhe os patrimônios de cada época a partir de experiências próprias, engendrando identidades e memórias cada vez mais diversas e plurais. Quando um ser humano

cria sua identidade e sua memória, muitas vezes esta é completamente distinta daquela vivida e construída pelos outros seres humanos. Encontramo-nos neste momento, construindo e desconstruindo os tecidos das identidades, das memórias e dos patrimônios.

3 OS SERVIÇOS DO PATRIMÔNIO E SEUS CAMINHOS

Não importa quais sejam os direitos de propriedade, a destruição de um prédio histórico e monumental não deve ser permitida a esses ignóbeis especuladores, cujo interesse os cega para a honra.[..] Há duas coisas num edifício: seu uso e sua beleza. Seu uso pertence ao proprietário, sua beleza a todo o mundo; destruí-lo é, portanto, extrapolar o que é direito.
Vitor Hugo

A noção do Patrimônio esteve atrelada à construção e à consolidação das nações. Desta forma, as instituições legais que foram sendo constituídas serviam para legitimar as ações de preservação, assim como auxiliavam na continuidade de uma identidade nacional, direcionada pelo grupo dominante. Para proporcionar uma melhor compreensão do processo aqui abordado será retomada a história da instalação dos serviços patrimoniais no Brasil, Rio Grande do Sul e Porto Alegre.

Ao adotarmos a corrente de Maria Cecília Londres Fonseca, que cita o início da preservação do patrimônio brasileiro na constituição do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), em 1937, estamos dizendo que a identidade cultural brasileira formou-se acompanhando as diretrizes do Estado Novo e posteriormente as demais políticas governamentais no Brasil.

Portanto, ao apresentarmos a constituição destas instituições estamos mostrando os grupos dominantes de cada período, assim como as escolhas destes personagens, suas noções de valor e o conceito de patrimônio, que são mutantes e que desta forma, irão moldar a memória cultural brasileira.

Em 1936, Eduardo Capanema solicitou a Mário de Andrade a criação de um documento que buscasse resguardar a cultura brasileira. Este então produziria um anteprojeto bastante completo, abrangendo todas as áreas da cultura, desde a erudita a popular.

Junto a isso, o SPHAN seria criado, experimentalmente. Em 1937, foi incorporado ao Ministério da Educação e Saúde Pública (MES) acompanhado da criação de um Conselho Consultivo. O SPHAN possuiria duas divisões técnicas, uma voltada ao Tombamento e outra voltada à conservação e restauração. Seria constituída por um grupo de intelectuais ativos provenientes das artes plásticas, arquitetura, literatura, direito e demais expoentes dos quadros políticos formados no Estado Novo de Getúlio Vargas.

Seu projeto preservacionista era apoiado nos ideais modernistas e no conceito de monumento da Carta de Atenas, de 1933, além de adotar a Constituição de 1934, sobre o direito à propriedade. Outro fato relevante era a autonomia dentro do MES.

Em 30 de novembro de 1937 entraria em vigor o Decreto-lei nº 25, redigido pelo Diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade e seu grupo, a partir do anteprojeto de Mário de Andrade, e que serviria como instrumento legal-base para as demais leis criadas para preservação patrimonial no Brasil. Instituiu-se o Tombamento no Brasil, sem desapropriação.

Este órgão fez uso de trabalhos científicos e acadêmicos para a criação de critérios padronizados para os tombamentos de bens imóveis dos séculos XVI, XVII e XVIII, privilegiando a arquitetura e a religiosidade. Mas era bastante usual que bastasse a justificativa do avaliador, um técnico, baseado quase sempre no valor estético, para que legitimasse sua inscrição num dos Livros Tombo.

Em 1970, o SPHAN tornar-se-ia IPHAN e acompanharia os encontros nacionais que ocorreram entre governadores e intelectuais, na busca de uma descentralização desta preservação dos bens culturais e promovendo a criação de instituições regionais e legislação próprias, quando necessário. Nesta década seria criado o Centro Nacional de Referência Cultural, (CNRC) órgão que produziria referências para incrementar e agregar valor a cultura brasileira.

Em 1979, ocorreu à fusão do CNRC e do IPHAN, dentro da Secretaria de Educação e Cultura (SEC) e criação de um órgão normativo – a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) - e um órgão executivo – a Fundação Nacional pró-Memória (FNpM), numa tentativa de unir o popular e os bens de *pedra e cal*¹².

Com o fim da Ditadura no Brasil houve um período de inércia nas atividades destes órgãos, já que os grupos de políticos não viam a cultura e suas buscas por igualdade como legítimas, pois a cultura acabava por interferir em outras dimensões, como a econômica e a política.

Em 1990, na era Collor, ocorreu a dissolução do Ministério da Cultura (MinC) e de todos os demais órgãos atrelados a ele. Mas com a mudança da Presidência constitui-se uma nova estruturação do MinC, com uma nova Lei Federal constituindo

¹²FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3ª Ed. Revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 154.

o Programa Nacional de apoio à Cultura (PRONAC) e o programa MONUMENTA de recuperação de prédios históricos.

Os anos 2000 trouxeram novos ares ao patrimônio. O Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, instituiu o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial no Brasil e criou o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, buscando a proteção, a preservação e a valorização dos bens simbólicos do povo brasileiro, resgatando as ideias de Mário de Andrade em seu pré-projeto. Criaram-se quatro Livros de Registros: dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão, e dos Lugares.

Entretanto, o processo de tombamento continuou o mesmo, com a mesma sequência de procedimentos e avaliações.

No Estado do Rio Grande do Sul o SPHAN tombou a Igreja das Dores e as ruínas de São Miguel das Missões, e na década de 1960, tombaria o Solar dos Câmara, incentivando para que os estados listarem seus bens.

O governo estadual criaria, em 1950, o Conselho de Proteção do Patrimônio Científico, Artístico e Histórico, que não poderia atuar efetivamente porque não possuía recursos nem estrutura administrativa. Seria nesta década que o Estado desenvolveria novas ações culturais no Museu Júlio de Castilhos e alguns municípios criariam seus museus históricos.

Em 1964 seria criada a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico que se transformaria em 1979, no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual (IPHAE) e os tombamentos começariam a acontecer.

Como no Brasil, o Estado e o Município foram criando um corpo de intelectuais voltados à preservação da memória das cidades, que vão se consolidando como especialistas no tema.

Porto Alegre muito cedo preocupou-se com seu crescimento urbano. Já em 1914 temos conhecimento do Plano Maciel, e a estes seguiram o Plano Gladosch, o Plano Diretor ou Plano Paiva, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), alguns aplicados, outros sugeridos e adaptados.

Com os congressos da década de 1970 no Brasil, a cidade de Porto Alegre criou sua primeira Lei Orgânica Municipal para o patrimônio, ainda sem tombamentos, mas possibilitando declarar os imóveis em bens de utilidade pública.

No mesmo ano seria constituída a Comissão de Avaliação e Levantamento do Acervo Patrimonial, primeiro inventário produzido na cidade, buscando elencar os

imóveis que deveriam ser tombados. Em 1976 criou-se o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPAHC), com as Leis 4139 e 5646

“[...] cabendo-lhe posicionar-se a respeito da inclusão de novos bens ao conjunto do Patrimônio municipal, fazer sugestões, fornecer pareceres em pedidos de demolições e qualquer outro aspecto sobre bens imóveis e móveis que tenham significação histórica ou cultural para a cidade de Porto Alegre.”
[GIOVANAZ, 1999, p. 94/95]

O COMPAHC começaria a revisar as listas de bens inventariados, buscando tomba o que fosse possível e o que ainda estivesse em pé, porque seria nesta década que assistiríamos a maior destruição de prédios no centro da capital.

Em 1979 seriam tombados cinco bens: o Paço dos Açorianos, o Mercado Público, a Ponte de Pedra, o Solar Lopo Gonçalves e a Capela do Bom Fim. E em 1981, a criação da Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC), órgão composto por especialistas que auxiliariam o COMPAHC nos processos de Tombamento.

Como reflexo do Brasil, que com a Constituição de 1988 deu voz a cidadania, Porto Alegre ampliou a participação popular na gestão urbana, trazendo para o debate assuntos de interesse da sociedade civil, unindo intelectuais e grupos comunitários. Isto alteraria também os processos de tombamento, que gradualmente deixaram de ter suas origens nos órgãos protetores do patrimônio e começaram a emergir destes grupos, mostrando que bens eram representantes de seus valores culturais.

Na década de 1990 veremos então, os órgãos do governo organizando novos inventários de bens a serem tombados, mas a partir de zoneamentos, enquanto que a sociedade civil se reestruturava e apontava demandas específicas de preservação, usando recursos do Orçamento Participativo ou de políticas federais, já no início do século XXI. Outro marco importante nesta mudança ou evolução de conceitos foi a Lei Municipal de Patrimônio Imaterial, que seria implementada em 2004.

3.1 O processo de tombamento das pontes do Arroio Dilúvio

Na parte anterior mostramos o caminho trilhado pelas instituições que promovem os tombamentos no Brasil, nas três instâncias, federal, estadual e municipal. Sabemos que este caminho de estruturação percorrido foi árduo e muitas vezes conflitante entre os vários grupos que compõem estas instituições. Existem

regras e critérios para que os processos sejam realizados, alcançando o bom entendimento entre as partes.

Estes personagens produzem assim, um material farto e diverso sobre cada bem em questão, e é justamente este material gerado no trâmite burocrático de um processo de tombamento que será analisado neste trabalho. Este dossiê será aqui apresentado, numa tentativa de mapear as partes/fases que compõem um processo.

Atualmente, a solicitação de um tombamento necessita dar entrada no Protocolo do Município, que envia a EPAHC, que acaba por produzir este dossiê, sem número mínimo ou máximo de documentos, onde todas as páginas recebem o número do processo administrativo e são arquivadas numa mesma pasta.

Este processo é remetido aos órgãos competentes da avaliação, que vão anexando as suas justificativas, históricos ou pareceres sempre que são interpelados, voltando a EPAHC ao final de todo o processo para assim, realizar o arquivamento definitivo, depois que todas as secretarias ou instâncias necessárias foram informadas da decisão final, que envolve o COMPAHC e o Prefeito Municipal.

Obtivemos acesso a este dossiê na EPAHC, através do contato com a pesquisadora e Mestre em História Marli Rejani d'Avila Pereira, que gentilmente nos alcançou este processo e demais artigos que existissem lá sobre o assunto. Houve a necessidade da assinatura de um protocolo onde ficamos cientes de nossas obrigações sobre as informações recebidas e nosso uso de forma adequada e consciente, sendo que seu uso indevido pode acarretar implicações legais.

Ao nos debruçarmos sobre o processo de tombamento das três pontes da Avenida Ipiranga e da inclusão das demais quatro pontes no registro de bens inventariados encontramos três momentos distintos, baseados no tempo de tramitação deste processo.

O primeiro foi exclusivo do solicitante do tombamento, o Sr. Julião Ayrton Ribas Goulart, onde ele encaminhava o formulário padrão preenchido com seus dados pessoais, já que ele representava, como presidente, a Associação dos Amigos da Ponte da Azenha. Ele entregou o requerimento em 13 de agosto de 2003 e nele listou os anexos que apresentava como justificativa deste tombamento, que são: uma carta requerimento ao Sr. Prefeito João Verle, solicitando o tombamento e citando algumas informações históricas e detalhes de conservação das mesmas; uma carta ao historiador Hélio Ricardo Alves, solicitando um parecer sobre este tombamento; um extrato de um texto de autoria do Sr. Paulo Xavier, sobre as pontes de pedra no estado

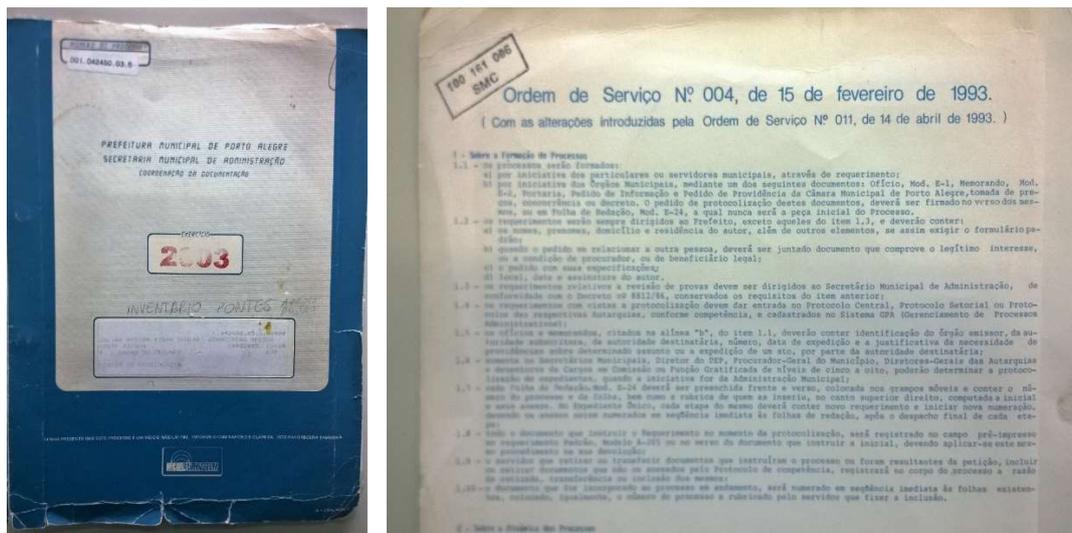
do Rio Grande do Sul, citando a ponte da Azenha como a primeira do Estado; e, por último, um texto do pesquisador Hélio Ricardo Alves sobre a Ponte da Azenha e sua construção, acrescido de um texto denominado *Opinião* do pesquisador sobre a importância desta ponte e de seu tombamento mas, em determinado momento mostrava confusão sobre o real sentido da palavra Tombamento, já que apresentava as dificuldades na manutenção de tal imóvel pela Prefeitura assim como a necessária demolição das escadarias, modernizando o bem e facilitando sua conservação.

Requerimento padrão preenchido pelo requerente em 13 de agosto de 2003.
Adriane Maria Raimann, 2015.

Este primeiro momento representava a voz da comunidade, mostrando seu interesse em salvaguardar parte da história da cidade de Porto Alegre. Suas justificativas foram basicamente históricas, sem muito aprofundamento, mas provocativas a ponto de deflagrar um estudo mais detalhado que foi apresentado no segundo momento do processo.

Ao ser aceito no Protocolo Central da Prefeitura este formulário recebeu um número de processo e foi colocado em uma pasta azul utilizada em todos os processos administrativos do município, que iria circular nas instâncias responsáveis pela avaliação e posterior decisão de tombamento ou não dos imóveis. No caso este número de processo o identificaria durante todo o período em que ele estivesse sob avaliação, sendo inclusive registrado nas folhas anexadas ao requerimento, como número 001.042480.03.5.

Esta pasta administrativa, em estado bastante precário de conservação, possui em sua parte interna a Ordem de Serviço nº 004, de 15 de fevereiro de 1993, onde estão detalhados os trâmites de todo o processo, assim como as implicações legais e jurídicas do mesmo. Ele possui oito capítulos divididos em artigos, para abranger todos os processos encaminhados pelos solicitantes, não somente os processos de Tombamento encaminhados ao EPAHC.



Capa e folha interna da capa do Processo de Tombamento das pontes do Arroio Dilúvio Adriane Maria Raimann, 2015.

O segundo momento do processo pertence aos órgãos municipais avaliadores. Este processo foi enviada do Protocolo Central da Prefeitura a EPAHC, como demonstra a página seguinte do processo, com os devidos carimbos e assinaturas. Estes comprovam que o encaminhamento só ocorreu em 06 de fevereiro de 2004, sendo recebido em 08 de fevereiro no EPAHC e dado o andamento no processo pelo engenheiro da EPAHC Sérgio Pinheiro Dutra Menna para a realização da pesquisa histórica, no dia seguinte.

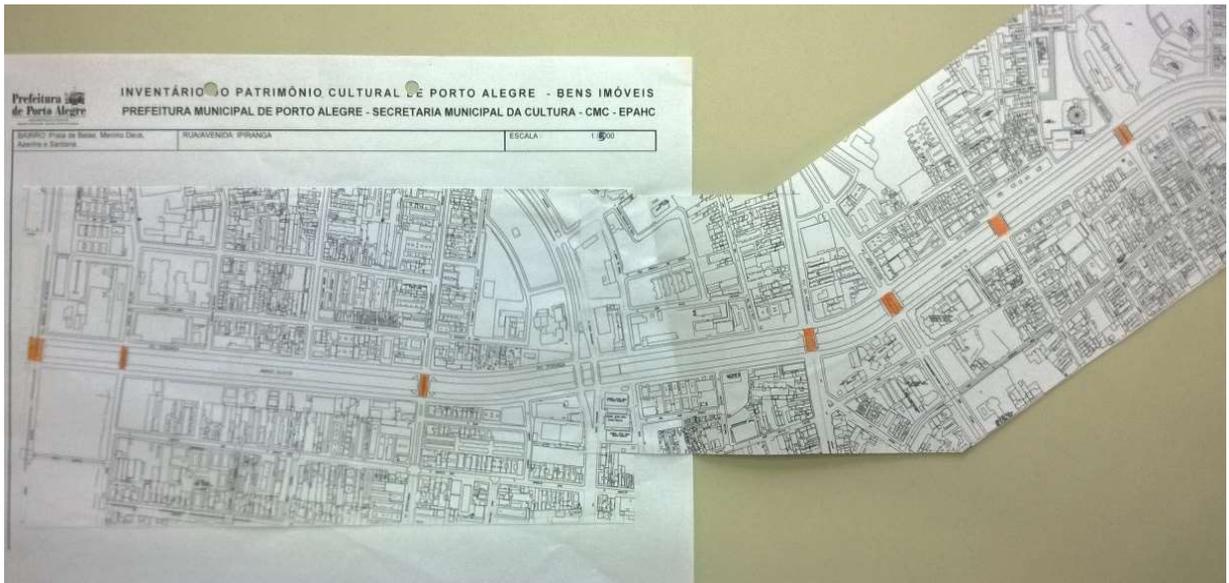
O Técnico Cultural em História Tagôre Vieira Rodrigues e sua equipe realizaram uma pesquisa histórica bastante extensa, denominada *Instância Histórica*, com 20 páginas, que foi enviada e anexada ao processo em 22 de setembro de 2006, portanto dois anos e meio depois. Naquele momento quem o recebeu na EPAHC foi o arquiteto Osório Queiroz Jr., como Diretor daquela secretaria, que o encaminharia ao arquiteto Elton afim de que este procedesse à avaliação de tombamento.

Aqui finalizou o segundo momento do processo, interrupção normalmente não ocorrida, mas que por força de mudanças nas personagens que compunham as equipes avaliadoras ocorreu, provocando um espaço de tempo inativo no processo.

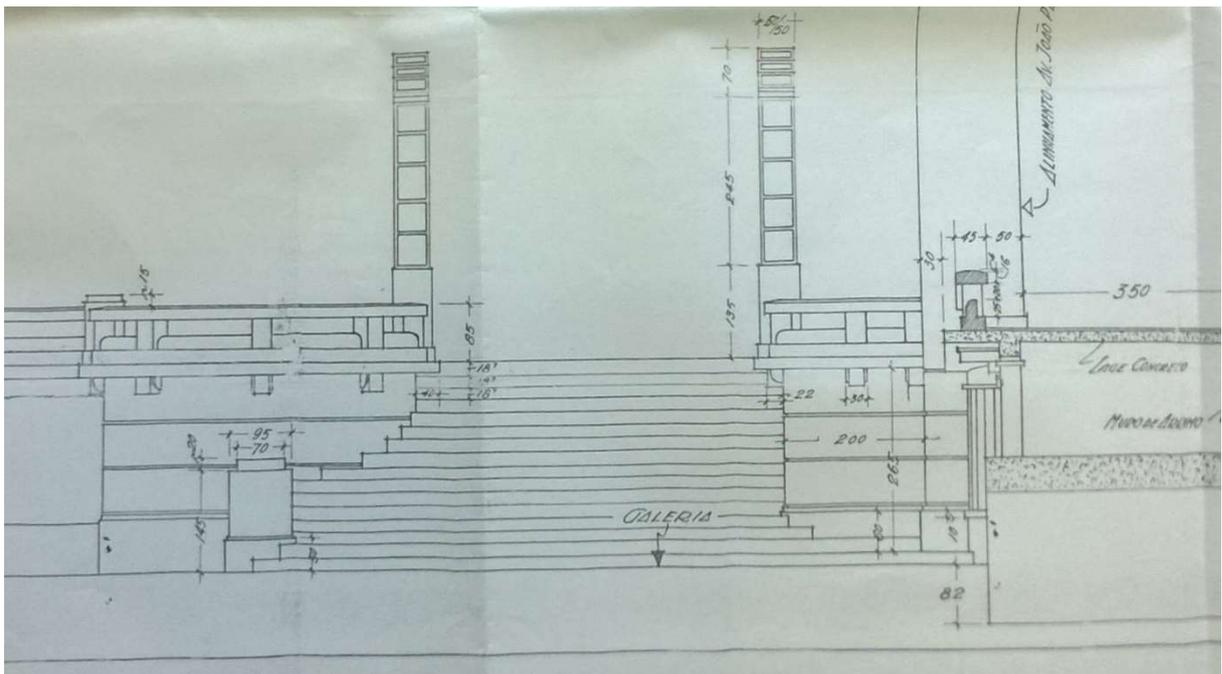
Então começamos o terceiro momento, já em 2012, isto é, um lapso temporal de cinco anos e meio aproximadamente, onde novas personagens se fizeram presentes e levaram o processo adiante.

O conjunto documental que neste momento se formou seria crucial para o desfecho positivo deste processo por que, além do conteúdo histórico relevante da *Instância Histórica*, seria anexado ao processo mais um parecer, em 27 de abril de 2012, também extenso, das arquitetas Ana Margarida Xavier e Débora Regina Magalhães da Costa, esta última então Diretora da EPAHC naquele período. Este parecer apresenta detalhadamente as sete pontes em seus valores histórico, simbólico, estético, de processo construtivo, paisagístico e urbanístico, além de uma descrição do estado de conservação das três pontes eleitas para tombamento.

Acompanhava um conjunto de imagens, plantas e desenhos, separados sem muito sentido entre as divisões *Figuras*, *Plantas* e *Material Iconográfico*, mas apresentando as pontes em suas várias fases, de planos e desenhos a projetos realizados, sem esquecer seu entorno. Os detalhes arquitetônicos projetados foram realçados, dando relevância a estas construções. As fontes seriam a EPAHC, o Arquivo Histórico Moysés Velhinho e o Museu Joaquim José Felizardo e sua Fototeca Sioma Breitmann. Junto ainda se encontrou detalhe de um mapa da cidade de Porto Alegre, onde se vê, pintadas em cor diferente, as sete pontes citadas no parecer das arquitetas, facilitando a visualização dos objetos que estavam sendo avaliados.



Mapa das pontes do Arroio Dilúvio listadas no Processo de Tombamento
Adriane Maria Raimann, 2015.



Detalhe da planta baixa da Ponte da Avenida João Pessoa, escadaria e adornos.
Adriane Maria Raimann, 2015.

O que mais marca este terceiro momento é a frase inicial do texto encaminhado a COMPAHC, dizendo que:

Estamos encaminhando para análise desse Conselho proposta de inventariação emergencial das pontes ditas “históricas” sobre o Arroio Dilúvio. A recente intervenção na Avenida Ipiranga para construção de ciclovia, com interface nos cruzamentos onde estão as referidas pontes, e outras intervenções que, no decorrer dos anos ameaçaram ou poderão vir a

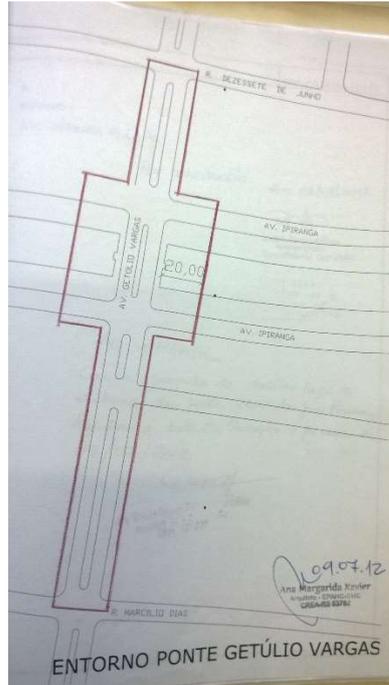
ameaçar sua integridade e a solicitação de tombamento, desde 2003, pela Associação dos Amigos da Ponte da Azenha, tornam urgente a proteção deste patrimônio. [Processo de Tombamento nº 001.042480.03.5, EPAHC]

Quando o município quis iniciar as obras de colocação de uma ciclovia às margens da Avenida Ipiranga, modificando as laterais do Arroio Dilúvio, isso já em 2012, os órgãos competentes resolveram avaliar o processo e emitir um parecer, classificando a solicitação como pertinente e autorizando o tombamento das pontes.

Este processo assim composto por justificativas históricas, arquitetônicas, plantas, mapas e imagens seria enviado ao COMPAHC em 28 de maio de 2012, com um resumo do parecer das arquitetas citado anteriormente, acompanhado de quadro descritivo das três pontes para apreciação dos conselheiros, sendo redigido pela arquiteta Silvana Severo, também Conselheira redatora da reunião do Conselho. Esta reunião decidiu positivamente ao tombamento das pontes das Avenidas Getúlio Vargas, Avenida Azenha e Avenida João Pessoa. Também foi favorável a inclusão como “*bens inventariados de estruturação*”¹³ as pontes das Avenidas Borges de Medeiros, Praia de Belas, Ramiro Barcelos e Santana, que também cruzam sobre o Arroio Dilúvio, no qual foi emitido o Parecer 16/12. Mas o processo não terminaria aí.

O COMPAHC devolveria a EPAHC em 1º de junho de 2012, com homologação do Prefeito de 30 de maio de 2012. Entretanto, o processo retornou ao COMPAHC em 27 de junho de 2012 para avaliação e delimitação do entorno das pontes, acompanhados de detalhamento, justificativa desta ação e mapas, redigidos pelas duas arquitetas da EPAHC, com uma retificação em 09 de julho de 2012.

¹³Parecer nº 16/12 de 28/05/12. Processo nº 001.042480.03.5. EPAHC.



Delimitação do entorno das pontes que pertence ao limite do tombamento.
Adriane Maria Raimann, 2015.

O Conselho aprovaria com uma sugestão de ampliação de delimitação da Avenida Getúlio Vargas como caracterização paisagística pela composição de suas palmeiras, retornando ao EPAHC em 06 de agosto de 2012, que o devolveria ao COMPAHC no dia seguinte aceitando a ampliação. Finalmente o Conselho emitiu o Parecer 25/12, em 13 de agosto de 2012, favorável sobre as delimitações. Estas idas e vindas do processo podem parecer confusas ou burocráticas, mas são necessárias numa sociedade democrática, onde as instâncias são devidamente informadas das mudanças e avaliam se estão de acordo a partir de pareceres de outras instâncias num trabalho bem orquestrado e completo.

Assim, ao voltar este novo parecer à EPAHC, esta enviou para os setores específicos do município a notificação de tombamento das pontes, assinada pelo Secretário Municipal da Cultura, acompanhada das orientações devidas.

Neste ponto o processo aproxima-se de seu fim, apresentando em 15 de agosto de 2012, a Notificação de Tombamento. Novamente os detalhes que justificaram o tombamento e seu estado de conservação foram citados, assim como a imposição de cuidados específicos das pontes a Procuradoria Geral do Município e ao Secretário Municipal de Obras e Viação. São somente três páginas, como são também três as pontes tombadas, assinadas pelo Secretário da Cultura Sergius M. Gonzaga.

Surgiria então, em 04 de outubro de 2012, um parecer da Procuradoria Setorizada da Secretaria Municipal da Cultural, realizando uma análise da minuta de notificação do tombamento das pontes ao Sr. Procurador Geral do município, mostrando que o processo foi juridicamente legal e passará a valer após a publicação no Diário Oficial de Porto Alegre. Este documento foi assinado por várias partes. Após, a EPAHC enviaria em 26 de outubro de 2012, memorandos ao DMLU, DEP/SMAM e EPTC, informando sobre o tombamento das pontes, que retornaram assinados e com o “*Recebido*” anexados ao processo em 04 de janeiro de 2013.

Por fim, o processo foi encerrado com uma cópia do Diário Oficial do Município, datado de 14 de novembro de 2012, quarta-feira, e a cópia dos memorandos enviados a Unidade de Patrimônio Imobiliário e a Memória Cultural, devidamente devolvidos com o “*Recebido*”.

Quando se analisa, assim, bem de perto, e se abrem os protocolos de encaminhamento, as partes tendem a perder o encantamento e a áurea que o tema Patrimônio e Tombamento geralmente produzem nas pessoas. Mas não podemos esquecer que são estes processos burocráticos que eternizam os bens imóveis de uma sociedade e com ela uma importante parte da nossa história consegue ser salvaguardada.

Pontes, a ligação entre dois lugares, ampliando nossos contatos, nossa conexão com o mundo, nossa forma de ver os outros. Mas depois que a construímos e por ela cruzamos, deixamos de dar valor ao que criamos e nos colocamos em busca de novas aventuras e novas invenções.

Elas deixam de existir, pura e simplesmente, como se não fossem elas – as pontes - as verdadeiras ligações entre este vasto mundo que criamos e recriamos todos os dias. São os nossos não-lugares diários, como nos sugere Marc Augé, num ir e vir incessante e acelerado, que faz com que não as vejamos, não mais nos importemos com elas, mas sim onde nos levam, quando ainda temos tempo de nisso pensar. As pontes, e porque não dizer as cidades, passam a ser objetos de fruição e não de admiração. Como nos diz Calvino,

As cidades também acreditam ser obra da mente ou do acaso, mas nem um nem outro bastam para sustentar as suas muralhas. De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete muralhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas. [CALVINO, 1990, p. 44]

4. INSTÂNCIA HISTÓRICA: Análise sobre as bases do processo

*“[...] E aí se encontra precisamente o nó do enigma:
o patrimônio histórico parece hoje em dia representar
o papel de um vasto espelho no qual nós,
os membros das sociedades humanas dos finais do
século XX, contemplaríamos a nossa própria imagem.”
Françoise Choay*

Ao nos debruçarmos sobre o processo, percebemos que ele possuía, além das várias etapas, duas análises mais profundas sobre as pontes e seu cenário. A primeira delas se apresenta no desenrolar do acolhimento do pedido de Tombamento das pontes, quando ocorre uma pesquisa histórica mais aprofundada pela Equipe da EPAHC, orientada pelo Técnico Cultural em História, sr. Tagôre Vieira Rodrigues, em 2006.

A segunda se apresenta quando o processo é retomado por conta das obras de construção da ciclovia na Avenida Ipiranga, que poderia intervir mais drasticamente nas pontes, produzido também pela equipe da EPAHC e assinado pela arquiteta Silvana Del Fabro de Severo, em 2012.

Escolhemos estas análises por que se apresentam como as bases para a conclusão do processo de tombamento, servindo assim como principal apoio na decisão de Tombamento das pontes históricas e do entorno destas neste processo e da inclusão das demais na listagem dos bens culturais a preservar na cidade do Porto Alegre.

Os fatores histórico, arquitetônico, estético e urbano pesaram nesta decisão, e neste capítulo mostraremos como eles interagem com os teóricos que trouxemos para este trabalho.

A Instância Histórica possui temas distintos, que iremos desdobrar neste momento. O primeiro desdobramento cita o prefeito José Loureiro da Silva e seus grandes feitos para a modernização da cidade, o resgate dos *Plano Diretor*, com adaptações e novas obras, para levar adiante sua implantação de uma cidade aberta e moderna, bem aos moldes da Paris do início do século XX.

A administração de Loureiro foi o responsável pelo desenvolvimento urbano ordenado da cidade, tendo investido grandes somas e angariado investimentos para viabilizar seu projeto. [Processo de Tombamento nº 001.042480.03.5, Instância Histórica, fl. 10, EPAHC]

Ele trouxe o arquiteto Arnaldo Gladosch, profissional experiente em grandes obras pelo Brasil e autor de prédios característicos no centro de Porto Alegre, como o SULAPAC, para dar continuidade às obras necessárias que mudariam drasticamente a paisagem da cidade, caracterizando a cidade por seu patrimônio edificado.

Neste caso específico, estas grandes obras realizadas pela prefeitura enquadram-se na definição de Choay para patrimônio, quando esta cita que ele

é formado pelo ambiente construído das sociedades humanas. Sinônimo de patrimônio edificado no espaço pelos homens, ele é qualificado, segundo suas diversas categorias, de patrimônio construído, arquitetônico, monumental, urbano, paisagístico... e, segundo seu modo de inserção na temporalidade, é dito histórico ou contemporâneo. [CHOAY, 2011, p. 9]

A administração executiva da cidade de Porto Alegre realizaria, além das obras, reformas administrativas e tributárias, mas com o cuidado de preservar a sua história para mostrar a posteridade. Assim buscou ampliar a via urbana mas cuidou para que marcos do passado não fossem destruídos, como por exemplo a primeira ponte de ligação entre o centro e a zona sul, hoje conhecida como ponte de pedra no Largo dos Açorianos.

Isto nos remete a narrativa de Choay (2008) sobre o cuidado dos franceses, mesmo estando a Revolução Francesa em processo, de guardar em depósitos, todos os fragmentos de sua história encontrados nas cidades, depósitos estes que iriam produzir logo mais à frente os grandes museus da cidade e que seriam a memória da história francesa.¹⁴

As obras buscavam soluções para os problemas viários da cidade, sendo essenciais para o desenvolvimento desta, pautadas na arquitetura e estética de sua época, grandes espaços com monumentos que exaltavam feitos e heróis do nosso passado, gaúcho e brasileiro.

O próximo assunto tratado neste texto remete especificamente a ponte da Azenha, resgatando seu valor histórico e lembrando a mítica batalha da Revolução Farroupilha e o domínio dos farrapos entrando pela Azenha.

Ali encontrava-se mais uma ponte de pedra da cidade, ponte tipo romano, com três arcos e rampas inclinadas, que se unem no centro da ponte, igual a Ponte de Pedra do Largo dos Açorianos. A nova ponte como conhecemos hoje seria

¹⁴ CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2008, p. 108 et seq.

projetada pelo arquiteto Cristiano La Praix Gelbert e sua equipe, da Seção de Arquitetura da Prefeitura e inaugurada em 1936.

Esta ponte era desejada e citada nos *Plano Diretor* anteriores, para solucionar “o crescente fluxo do tráfego na região” e as “*constantes enchentes do Riacho*”¹⁵. Serviu como ponto inicial para a retificação e canalização do Arroio Dilúvio. O projeto inicial possuía espaços para a colocação de monumentos e referências a batalha, entretanto hoje encontram-se somente as tochas, como marco da batalha e uma placa com os dizeres sobre a mesma.

Choay (2008, p. 17) é contundente sobre a escolha destes bens como monumentos, pois eles são construídos como objetos de recordações, desta ou das próximas gerações. Seus feitos, ritos, sacrifícios ou crenças, que ficarão assim preservados e invocando, constantemente, a identidade desta comunidade, seja ela étnica, religiosa, nacional, tribal ou familiar, sempre mantendo viva uma chama vital neste artefato edificado.

A Ponte da Azenha representa tudo isso, mítica ou historicamente, no imaginário da comunidade, local onde a história da Revolução Farroupilha marca a cidade de Porto Alegre.

Mais um dos desdobramentos deste texto foi a Ponte da Avenida João Pessoa, construção de uma ponte de caráter monumental, projetada pela Seção de Arquitetura da Prefeitura, construída e concluída em 1940. Ela serviria como a ligação com a antiga Estrada do Mato Grosso, hoje Avenida Bento Gonçalves.

Este monumento é assim caracterizado quando o texto cita “o *detalhamento dos elementos que a compõem, desde os guarda-corpos de granito até as luminárias sobre os elementos verticais junto as extremidades, marcando os acessos a ponte*”¹⁶.

Assim como o verbete dos Conceitos Chave de Museologia, o monumento “*em seu sentido original, é uma construção condenada a perpetuar a lembrança de alguém ou alguma coisa*”¹⁷, Choay (2008) cita que

os monumentos são testemunhos irrepreensíveis da história. Eles permitem assim construir uma multiplicidade de histórias, de políticas, de costumes, de arte, de técnicas e servem, simultaneamente, para a investigação intelectual e para a formação das profissões e dos ofícios. [CHOAY, 2011, p.120]

¹⁵ Processo de Tombamento nº 001.042480.03.5, Instância Histórica, fl. 8, EPAHC.

¹⁶ Idem, ibidem, p. 13.

¹⁷ DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus/Pinacoteca do Estado de São Paulo/Secretaria de Estado da Cultura, 2013, p. 73.

Os oito pares de palmeiras da Califórnia plantadas por engano na década de 1950 lhe traz outra característica excepcional. A altura de sua copa está relacionada com a profundidade de seus canteiros permitindo um maior ou menor desenvolvimento de suas raízes, e sua interação com o cenário da cidade denota comentários por parte de qualquer visitante que esteja passando por Porto Alegre.

A Ponte da Avenida Getúlio Vargas aparece em seguida, citando que a primeira ponte da Getúlio, como é carinhosamente chamada, ficava no encontro da Avenida Getúlio Vargas com a Avenida Venâncio Aires, no atual bairro Cidade Baixa, construída aproximadamente em 1850.

O início da construção da ponte atual, por sobre o Arroio Dilúvio começaria em 1940, mas enfrentaria problemas e interrupções como a enchente de 1941 e as condições difíceis do terreno, sendo concluída em 1942. É muito semelhante a ponte da Avenida João Pessoa, com muitos detalhes e espaços para monumentos.

O texto de “*Instância Histórica*”, de autoria de Tagôre finaliza com duas páginas sobre o arquiteto Cristiano La Praix Gelbert e sua carreira. Entretanto, são as frases quase finais do texto que mais contribuem na construção deste processo de tombamento, dando sentido aos valores que seriam levantados no texto seguinte.

São as pontes sobre o Arroio Dilúvio [...], construções urbanas que tem como característica comum o fato de manterem a sua função original de ligação e de passagem, vencendo cursos d'água ou grandes diferenças de nível e de serem de propriedade pública e de uso coletivo. [Processo de Tombamento nº 001.042480.03.5, Instância Histórica, fl. 20, EPAHC]

Estas pontes e seu entorno são patrimônio edificado em uso, patrimônio construído e que serve para todos e para cada um¹⁸, em constante uso e que acabam por não pertencerem ao quadro estático a que são remetidos todos os bens imóveis tombados. Elas entram no processo do não-ver, não-perceber que estão ali, não foram apropriados pela sociedade que as utiliza, pois, como cita Freire (1997), para que os bens tenham sentido eles necessariamente precisam ser apropriados pela comunidade, é ela que os investe de sentido, sempre atribuindo ou retirando valor a este bem, provocando lembrança ou esquecimento, memória ou destruição.

¹⁸ CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2008, p. 12.

O segundo texto produzido pela EPAHC é muito mais curto e objetivo, apresentando inclusive um quadro comparativo entre as pontes, de análise material, mas usando como último item a instância histórica de Tagôre.

Ele inicia lembrando que o Conselho deve avaliar uma “*proposta de inventariação emergencial das pontes ditas ‘históricas’ sobre o Arroio Dilúvio*” e para tal arrola seis valores para que o Conselho defina a favor ou contra desta *inventariação*. Não cita como processo de tombamento, isto só vai ocorrer meses mais tarde, quando o processo se amplia para o entorno das pontes e assim ficam inventariadas as sete pontes da Avenida Ipiranga e tombadas as três pontes históricas e seus entornos.

Os valores são: 1) histórico; 2) simbólico; 3) estético; 4) técnico construtivo; 5) paisagístico e; 6) urbanístico. O primeiro mostra as pontes como testemunhas da evolução da cidade; o segundo como pertencentes aos imaginário social da cidade; o terceiro como exemplos da história e teoria da arquitetura, da linguagem Art Déco e da Art Nouveau e as excepcionalidade de suas palmeiras; o quarto como exemplo de materiais (revestimentos como o granito rosa e sirex); o quinto como cenário característico da cidade, com o Arroio, os taludes e as pontes; e o sexto, servindo de ligação entre bairros que eram segregados da cidade (vila conhecida como Buraco Quente e toda a sua marginalidade).

Assim como no primeiro texto, este segundo, apesar de muito resumido, apresenta os valores comumente utilizados para justificar um tombamento, isto é, a história do local destas pontes, sua construção e seu estilo arquitetônico e seu simbolismo, tanto para a cidade como para as pessoas que nela transitam.

Então escolher estes bens como patrimônio que merecem ser tombados estão em consonância com o que diz Choay (2011, p. 13) que este bem “*foi escolhido de um corpus de edifícios preexistentes, em razão de seu valor para a história [...] o monumento histórico refere-se a uma construção intelectual, tem um valor abstrato de saber.*”

Ou como diz Poulot (2009, p. 12), quando refere-se ao patrimônio como algo vivo e constante, reafirmando identidades e valores, baseados nas *profissões de fé* e as ações que são realizadas no dia a dia.

Sendo assim, este processo de tombamento criou um patrimônio que está entre a história e a memória, buscando suportes e legitimidade no reconhecimento da comunidade que o escolhe e o empodera. Sem este retorno e este constante

reconhecimento ele deixa de ser e deixa de representar, para num futuro, deixar de existir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após estes meses de contato com o tema, as pontes e as cidades que as produzem começaram a fazer parte de nosso dia a dia. Andar pela cidade passou a ter um novo sentido, bem mais amplo e revelador que anteriormente. O flunar livre e solto trouxe consigo uma luz e um olhar revelador de quantas alterações são possíveis perceber em um mesmo cenário.

As leituras sobre cidades, por vezes somente por aproximação ao tema, incentivavam cada vez mais a olhar e ver a cidade e as mudanças que ela sofre e que guarda em si as marcas. Frequentar o Curso de Museologia treinou o olhar da autora para que as pontes fossem finalmente vistas, tornou possível ver a cidade e as suas construções, reconstruções, demolições e restaurações, o dinamismo urbano enfim.

E, ao olhar para a cidade as suas várias faces começaram a surgir, a se mostrar com suas mudanças e seus momentos. Porque todas as cidades passam por evoluções, existem aquelas que “morrem” novas e, portanto, mantêm suas casas intocadas, e as que continuam a crescer e que contam suas mudanças através de fotos ou bens imóveis preservados no tempo e espaço, as vezes perdidas no meio de outras construções muito modernas. Em algumas cidades muito contemporâneas, o que resta para preservar é unicamente o traçado urbano que se conservou. O resto perdeu sentido e volume espacial da construção.

Mas as cidades nunca se repetem, como nos orienta Calvino, elas se complementam dentro de sua evolução, buscando encontrar aquilo que elas julgam ainda não alcançado em seu traçado, em suas construções, em seus espaços públicos ou privados.

Assim, este preservar a partir de processos legais tornou-se necessário, as vezes fundamental, para que houvesse o que ver em poucos anos. Ao escolher este assunto especificamente a nossa busca trouxe a pauta este lado burocrático, quando decidimos trabalhar o processo de tombamento das pontes do Arroio Dilúvio.

Sendo um fenômeno recente em nossa sociedade, começamos a procurar o caminho por onde se desenrola esta operação. Para tanto, citamos a legislação vigente nas três instâncias, nacional, estadual e municipal, além de entender quando e como estas instituições haviam sido criadas, para assim compreender e poder analisar como os processos de tombamento se desenrolam.

Os papéis nunca estão exatamente definidos, pois um bem pode ser

tombamento em uma, duas, três ou até mesmo quatro instâncias, pois não podemos esquecer a chancela de patrimônio mundial. Isto é, o mesmo bem pode receber importância e/ou recursos para sua preservação destas quatro procedências, sem que uma seja dependente ou excludente da outra. E elas tramitam com as mesmas características de valoração, buscando suas justificativas nos mesmos conceitos de história, arquitetura, estilo e urbanismo.

Quanto mais alta a instância, menos contato com a comunidade tal processo poderá ter. Os pedidos de tombamento geralmente partirão de grupos ligados às instituições públicas ou acadêmicas, distante das comunidades ou grupos civis organizados. Estes participarão mais efetivamente do processo, inclusive solicitando os tombamentos, quando estivermos tratando da instância municipal, sua realidade mais próxima.

Então, buscando responder às perguntas feitas na Introdução deste trabalho, todos os processos de tombamento necessariamente passarão por um grupo ou conselho que avaliará este bem a ser tombado. A legislação sobre tombamento já chegou a instância das cidades, algumas com mais desenvoltura e prática que outras, mas todas elas buscando preservar suas memórias. O trâmite é que varia, conforme a legislação aprovada e percorrendo as mesas das secretarias necessárias para esta avaliação, positiva ou negativa de tombamento.

Não seria possível definir um número exato de pessoas envolvidas no processo, mas quando detalhamos nosso objeto de estudo, o processo de tombamento das pontes do Arroio Dilúvio, pudemos perceber que a quantidade de pessoas envolvidas sempre é maior do que as descritas através de suas assinaturas. Muitas são chamadas a participar através de pareceres, históricos, vistorias do e no ambiente e por aí vai o número sempre crescente de envolvidos. Equipes são organizadas e depois desfeitas sem que seus nomes entrem nos créditos do processo.

E as solicitações caracterizam o grau de envolvimento das comunidades nestes tombamentos. Para buscar o tombamento destas pontes, foi necessário que uma pessoa a solicitasse em requerimento específico, e ela mesmo realizou a primeira justificativa, histórica, para que este tombamento se concretizasse. Depois disso a tramitação percorreu várias secretarias, várias salas e vários protocolos de recebimento e encaminhamentos, caracterizando uma burocracia dos trâmites, tendendo a uma inacessibilidade do acompanhamento ou mesmo um afastamento

deste processo pelas pessoas “comuns” da sociedade.

Ou dito de outra forma, que o “todos” que a lei permite solicitar um tombamento, em determinado momento fica restrito a alguns poucos, que avaliarão e decidirão a importância daquele bem para toda uma sociedade, pautados em seus conceitos de patrimônio, estes também em constante mudança.

As várias fases que são apresentadas durante o processo são permeadas de justificativas, embasadas nos conceitos formulados dentro de determinados períodos, e aceitos e defendidos por personagens definidos dentro da sociedade. Estes embates, provocam rugas dentro de um processo, entenda-se isso como as pausas, intencionais ou não, que o processo pode sofrer. E o processo por nós estudado sofreu uma pausa bastante longa de quase seis anos.

Entretanto, esta pausa ocorrida no decorrer do processo provocou um efeito positivo no amadurecimento dos conceitos trabalhados, trazendo um ar de frescor e novidade em cada justificativa. Percebe-se que os conceitos de Patrimônio, Patrimônio Edificado, Monumento e Monumento/Documento e suas construções e reconstruções através do tempo, percorrem, quase atravessam, os pareceres, formando um todo conciso e pertinente no processo. As justificativas históricas, sendo construções ao longo dos anos, respondem a mitos identitários e históricos sobre estes espaços. A arquitetura, o urbanismo e os estilos, elaborados tantas vezes nos textos analisados que formam o processo de tombamento, são o âmago que justifica o tombamento.

Mas o que ocorre com este patrimônio depois de tombado, se não for reapropriado, vivenciado e valorizado com este sentido pela comunidade? Corre o risco de não mudar o seu destino e acabar destruído ou demolido para uma nova construção ser erguida no mesmo espaço, ficando somente na memória de alguns, nas imagens antigas e nos papéis oficiais a importância daquele bem. Não é o processo de tombamento, burocrático e minucioso, que definirá a continuidade ou mesmo o uso daquele bem. Será a importância que a comunidade dará a ele que o manterá em pé, imponente, vivo dentro de um movimento constante que a cidade produz, tanto em seu ir e vir, como no cenário que o compõe.

Sendo assim, o conceito de patrimônio edificado em uso que buscamos desenvolver neste trabalho, mostra o quanto é necessária uma constante elaboração da história deste patrimônio, sua ressignificação, pois quando o reforço deste conceito de patrimônio não é realizado e apropriado pela comunidade que o usa, este bem

deixa de ter seu sentido, deixa de ser patrimônio e estará pronto para desaparecer.

REFERÊNCIAS

Fontes documentais

Acervo da EPAHC – Processo de Tombamento nº 001.042.480.03.5

Acervo Arquivo Histórico de Porto Alegre Moisés Velinho

Referências Bibliográficas

AUGE, Marc. **Não-lugares**. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade. Lisboa: 90 Graus Editora, 2005.

BERND, Zilá; MANGAN, Patrícia Kayser Vargas (orgs.). **Dicionário de expressões da memória social, dos bens culturais e da cibercultura**. Canoas: Ed. Unilasalle, 2014.

BIER, Lucile Lopes; CARON, Daniele; COELHO, Letícia Castilhos; MARTINS, Marina Cañas; PANITZ, Lucas Manassi; PIMENTEL, Maurício Ragagnin; PUNTEL, Geovane Aparecida; RANGEL, Mário; SCHWERZ, João Paulo; SILVA, Luís Alberto Pires da; VERDUM, Roberto; VIEIRA, Lucimar de Fátima dos Santos. **A Ponte de Pedra suspensa na paisagem pelo tempo!** (Projeto de Pesquisa do Laboratório da Paisagem PAGUS/Departamento de Geografia/Instituto de Geociências) In: 3º Colóquio Ibero-Americano. 2014. Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.forumpatrimonio.com.br/paisagem2014/artigos/pdf/409.pdf>>. Acesso em: 24 jun 2015.

BRANDÃO, Thais Vargas. **DILÚVIO**: Visões sobre um Arroio. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Biológicas). Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BRASIL. Publicação do Tombamento da Ponte Eurico Gaspar Dutra. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr 2011. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.jusbrasil.com.br/diarios/26226696/pg-12-secao-3-diario-oficial-da-uniao-dou-de-25-04-2011&gws_rd=cr&ei=70XfVsXSL8qGwgTmmY7YAQ>. Acesso em: 08 mar 2016.

BURIN, Carolina Wolff. **Canalização do Arroio Dilúvio em Porto Alegre**: Ambiente projetado x Ambiente Construído. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

CALOVI, Ricardo. **Colunatas vegetais**: Palmeiras e a cenografia urbana em Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CALVINO, Italo. **As cidades Invisíveis**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2008.

_____. **O Patrimônio em Questão**: antologia para um combate. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

D'ALMEIDA, Matheus de Paula. **Relatório Final A Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e a Ponte sobre o Rio Paraguai**. Universidade Estadual Paulista. Bauru, 2011. Disponível em: <<http://www.faac.unesp.br/Home/Pesquisa/EFNOB-KM01408/relatorio-final-matheus-de-paula-dalmeida.pdf>>. Acesso em: 04 jun 2015.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus/Pinacoteca do Estado de São Paulo/Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3ª ed. Revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FREIRE, Cristina. **Além dos Mapas**: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo. São Paulo: Annablume, 1997.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

GIOVANAZ, Marlise. Em busca da cidade ideal: o planejamento urbanístico como objeto da história cultural. In: **Anos 90**. nº 14. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. p. 38-46.

_____. **Lugares de História**: a Preservação Patrimonial na cidade de Porto Alegre (1960-1979). Dissertação (Mestrado em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 1996.

_____. O Patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25-33.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. **História e Memória**. Campinas: SP Edit. da UNICAMP, 1990. p. 535-553.

LE MOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2006. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Manuais do patrimônio histórico edificado da UFRGS**: cartas patrimoniais e legislação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O Passado no futuro da cidade**: Políticas públicas e participação popular na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

NUNES, Júlia Schiedeck; CÉ, Ana Rosa Sulzbach (orient.). **Avenida Ipiranga: Processo evolutivo ao longo do século XX.** In: X Salão de Iniciação Científica PUCRS, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/XSalaolC/Ciencias_Sociais_Aplicadas/Arquitetura_e_Urbanismo/71395-JULIA_SCHIEDECK_NUNES.pdf>. Acesso em: 08 mar 2016.

PESAVENTO, Sandra J. **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

Ponte de Porto Esperança é tombada pelo IPHAN. **Diário Corumbaense.** Corumbá. 30 nov 2012. Disponível em: <<http://www.diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=52098>>. Acesso em: 08 mar 2016.

POSSAMAI, Zita Rosane. Patrimônio e Museu: História e Memórias da cidade. In: **Anos 90.** nº 14. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. p. 23-37.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores.** São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

REUNIÃO Ordinária do Conselho Consultivo do IPHAN. 2011. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/20120371Reuniao_Ordinaria__29_de_novembro.pdf>. Acesso em: 08 mar 2016.

SOUZA, Célia Ferraz. Um percurso em Porto Alegre: cidade, história e urbanismo. In: **Cadernos de Aplicação.** Porto Alegre, v. 23, n.2, p. 115-141, jul./dez. 2010.